

DESDOLARIZAÇÃO LIDERADA PELO SUL GLOBAL: O PAPEL DO BRICS NA CONTESTAÇÃO DA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL

Giovanna Bertoli Cassa¹

Naiane Inez Cossul²

Este artigo analisa o papel do BRICS na contestação da centralidade do dólar e na construção de uma nova arquitetura financeira internacional, tendo como pano de fundo a presidência rotativa do Brasil em 2025. Parte-se da hipótese de que, embora as iniciativas de desdolarização e criação de mecanismos alternativos de pagamento, como o BRICS Pay e a potencial moeda comum, configurem avanços relevantes, persistem desafios estruturais e políticos que limitam seu alcance imediato. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes acadêmicas e governamentais. O artigo apresenta um panorama histórico da consolidação do dólar como moeda internacional, examina as alternativas monetárias e institucionais articuladas pelo BRICS e realiza uma avaliação crítica de suas perspectivas. Conclui-se que, apesar das dificuldades de coordenação interna e da resistência de potências estabelecidas, o fortalecimento do BRICS como ator político e econômico pode contribuir para uma ordem internacional mais multipolar e inclusiva.

Palavras-chave: BRICS; desdolarização; arquitetura financeira internacional; governança global; presidência brasileira do BRICS em 2025.

DE-DOLLARIZATION LED BY THE GLOBAL SOUTH: THE ROLE OF THE BRICS IN CHALLENGING THE INTERNATIONAL FINANCIAL ARCHITECTURE

This article analyzes the role of BRICS in challenging the centrality of the dollar and in building a new international financial architecture, against the backdrop of Brazil's rotating presidency in 2025. It starts from the hypothesis that, although initiatives to de-dollarize and create alternative payment mechanisms, such as BRICS Pay and the potential common currency, represent significant advances, structural and political challenges persist that limit their immediate reach. The research, which is qualitative in nature, is based on a literature review and documentary analysis of academic and government sources. The article presents a historical overview of the consolidation of the dollar as the international currency, examines the monetary and institutional alternatives articulated by BRICS, and provides a critical assessment of their prospects. It concludes that, despite internal coordination difficulties and resistance from established powers, the strengthening of BRICS as a political and economic player can contribute to a more multipolar and inclusive international order.

Keywords: BRICS; de-dollarization; international financial architecture; global governance; Brazil's 2025 BRICS presidency.

1. Analista de relações internacionais. *E-mail:* gi.bcassa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1321-8618>.

2. Professora do curso de graduação em relações internacionais e dos cursos da área de gestão e negócios do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). *E-mail:* naianecossul@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9006-9607>.

DESDOLARIZAÇÃO LIDERADA POR EL SUR GLOBAL: EL PAPEL DE LOS BRICS EN LA CONTESTACIÓN DE LA ARQUITECTURA FINANCIERA INTERNACIONAL

Este artículo analiza el papel de los BRICS en la impugnación de la centralidad del dólar y en la construcción de una nueva arquitectura financiera internacional, teniendo como telón de fondo la presidencia rotatoria de Brasil en 2025. Se parte de la hipótesis de que, aunque las iniciativas de desdolarización y creación de mecanismos alternativos de pago, como BRICS Pay y la posible moneda común, constituyen avances relevantes, persisten retos estructurales y políticos que limitan su alcance inmediato. La investigación, de carácter cualitativo, se basa en una revisión bibliográfica y un análisis documental de fuentes académicas y gubernamentales. El artículo presenta un panorama histórico de la consolidación del dólar como moneda internacional, examina las alternativas monetarias e institucionales articuladas por los BRICS y realiza una evaluación crítica de sus perspectivas. Se concluye que, a pesar de las dificultades de coordinación interna y la resistencia de las potencias establecidas, el fortalecimiento de los BRICS como actor político y económico puede contribuir a un orden internacional más multipolar e inclusivo.

Palabras clave: BRICS; desdolarización; arquitectura financiera internacional; gobernanza global; presidencia brasileña en los BRICS 2025.

JEL: F55; F33; F02; O57.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm38art12>.

Data de envio do artigo: 16/8/2025. Data de aceite: 30/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

Em 2025, em meio a profundas transformações no cenário internacional, o Brasil assumiu pela quarta vez a presidência rotativa do BRICS,³ com mandato de um ano. O contexto global é marcado por múltiplas incertezas, incluindo a escalada de conflitos na Ucrânia, Palestina e Irã, e a dificuldade da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança (CSONU) em implementar reformas que garantam maior representatividade geopolítica e respostas efetivas a crises internacionais. Nesse ambiente, tensões comerciais e instabilidade econômica figuram entre os principais desafios enfrentados pelo grupo (Vieira, 2025).

A presidência brasileira ocorre ainda sob um cenário de fricções bilaterais com os Estados Unidos, após a imposição de sanções tarifárias de 50% sobre produtos brasileiros, justificadas por alegações de ingerência do Judiciário nacional e por um suposto déficit comercial inexistente (León, 2025b). Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, tais medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos com o uso de tarifas como arma e, conseqüentemente,

3. O acrônimo BRICS refere-se originalmente à coalizão formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – sendo que os quatro primeiros países (BRIC) iniciaram suas reuniões em 2006, e a África do Sul foi incorporada em 2010, consolidando o formato atual. Em 2024, o grupo anunciou um processo de expansão que incluiu Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, ampliando o alcance geopolítico e econômico do bloco, embora a adesão efetiva de cada país dependa de procedimentos internos e prazos distintos.

o risco latente de uma guerra comercial global, bem como a perda de relevância política e o esvaziamento dos instrumentos para fazer valer as regras multilateralmente acordadas da Organização Mundial do Comércio (OMC), põem em risco o sistema multilateral de comércio (Vieira, 2025).

O BRICS é um grupo de países que tem como objetivo a articulação político-diplomática e a cooperação entre os países do Sul global, que, atualmente, conta com 48,5% da população global, representa 39% do produto interno bruto (PIB) mundial e corresponde a 24% do comércio internacional (BRICS Brasil, 2025a). Nesse contexto, sob o lema Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável, o governo brasileiro tem, entre os desafios, o de articular a participação dos novos membros plenos (Arábia Saudita, Egito, Indonésia, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã), além da nova categoria de membros associados, e dar continuidade à construção do sistema de pagamento com moedas locais no comércio entre os países, substituindo o dólar (León, 2025a).

Apesar do crescente interesse acadêmico sobre a ascensão do BRICS e suas implicações para a governança global, ainda há uma lacuna importante na literatura no que se refere à análise integrada das estratégias de desdolarização do grupo e sua relação com a construção de uma arquitetura financeira multipolar, especialmente no contexto da liderança brasileira em 2025. A maioria dos estudos existentes concentra-se em dimensões isoladas, sejam elas sobre o histórico do dólar como moeda internacional ou iniciativas específicas como o BRICS Pay, sem avaliar de forma abrangente como esses elementos se articulam em um momento de ampliação do grupo e de tensões geopolíticas intensificadas.

Assim, este artigo busca preencher essa lacuna mediante a análise das estratégias do BRICS para reduzir a centralidade do dólar no sistema financeiro internacional e avaliar suas potencialidades e limitações na construção de uma nova arquitetura financeira multipolar. Parte-se da hipótese de que as iniciativas do grupo para a desdolarização representam um passo significativo para a construção de uma arquitetura financeira multipolar, ainda que enfrentem barreiras estruturais internas, como divergências entre os membros e heterogeneidade de interesses e resistências externas, especialmente por parte dos Estados Unidos e de instituições financeiras dominadas pelo Ocidente.

Para a elaboração deste artigo, a pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de obras e artigos especializados em política externa, relações internacionais e diplomacia, bem como em análise documental de declarações oficiais, relatórios institucionais e cobertura da mídia especializada. A contribuição original do estudo reside na articulação de três dimensões, as quais compõem as seções do artigo: i) o resgate histórico da consolidação do dólar como

moeda internacional; ii) a sistematização e avaliação dos avanços recentes na agenda de desdolarização do BRICS, incluindo sistemas de pagamentos alternativos e a proposta de moeda comum; e iii) uma análise crítica das perspectivas e dos desafios para a construção de uma arquitetura financeira multipolar, considerando o papel estratégico da presidência brasileira no BRICS em 2025.

2 A CONSOLIDAÇÃO DO DÓLAR COMO MOEDA INTERNACIONAL

Esta seção examina o processo histórico que levou à consolidação do dólar como moeda internacional, condição essencial para compreender a atual agenda de desdolarização do BRICS. Partindo da Conferência de Bretton Woods e avançando pela transição para o sistema petrodólar, analisa-se como fatores econômicos, políticos e militares consolidaram a centralidade do dólar e criaram as condições para seu privilégio exorbitante, estrutura que hoje o BRICS busca reformar.

A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, contou com 44 países que adotaram a proposta estadunidense, representada por Harry White. A proposta sugeria o restabelecimento do ouro como instrumento de reserva internacional e defendia um regime de paridades cambiais fixas, podendo ser reajustáveis apenas sob condições excepcionais e depois de aprovadas por um fundo de estabilização (Fundo Monetário Internacional – FMI). O fundo seria responsável pelo exame e pela orientação das políticas econômicas dos países-membros, e pelo fornecimento de fundos para a viabilização de ajustes temporários no balanço de pagamentos. Contudo, ele teria uma quantidade definida de recursos, o que impossibilitaria a criação de uma moeda mediante decisão autônoma e a influência sobre os países superavitários, eliminando qualquer possibilidade de ajuste expansivo da balança de pagamentos. O plano ainda propunha a criação de um Banco Internacional, que auxiliaria no processo de fornecer liquidez ao comércio entre os países-membros e tornaria mais flexíveis os ajustamentos de balança de pagamentos (Oliveira, Maia e Mariano, 2008, p. 201).

De acordo com Baer *et al.* (2016, p. 81), a ordem monetária que, de fato, vigorou na década de 1940 se distanciou bastante daquelas definidas em Bretton Woods. Quando se determinou que o ativo de reserva internacional seria o ouro, o único país capaz de sustentar o regime de conversibilidade (que pressupunha um equilíbrio do balanço de pagamento e igualdade entre moedas) eram os Estados Unidos. Isto porque o país era o único superavitário, além de corresponder sozinho a cerca de dois terços das reservas mundiais de ouro. Por consequência, o dólar passou a desempenhar a função de moeda de circulação internacional, institucionalizando o padrão dólar-ouro e, conseqüentemente, consolidando a moeda estadunidense no âmbito internacional.

A legitimação da absoluta soberania norte-americana no campo monetário trouxe tanto responsabilidades como elevados graus de liberdade na condução de sua política. E foi esta mesma combinação perversa que contribuiu para a corrosão da própria soberania e, conseqüentemente, desencadeou a crise do padrão dólar (Baer *et al.*, 2016, p. 82).

Na medida em que o dólar se tornou a única moeda de ampla aceitação, coube aos Estados Unidos a função de garantir a expansão e a gestão da liquidez internacional. No entanto, a crescente circulação do dólar, para satisfazer a demanda por liquidez internacional, era contraditória com o estabelecido na convenção câmbio-ouro. Isto porque a função de circulação e a função de ativo de reserva de valor baseada no lastro em ouro são incompatíveis, de maneira que o dólar (padrão monetário) não poderia exercer tais funções simultaneamente. Ou seja, conforme Baer *et al.* (2016, p. 82),

cumprir com a regra da conversibilidade ao ouro supunha que os EUA somente pudessem emitir dólares na proporção em que acumulassem reservas em seu balanço de pagamentos, requerendo que o país incorresse em constantes superávits. Constantes superávits no balanço de pagamentos significa uma entrada de dólares superior à saída, o que implica escassez da moeda norte-americana no mercado internacional. Conseqüentemente, se a moeda é escassa em nível internacional ela não pode satisfazer a demanda por liquidez.

Os Estados Unidos acabaram incorrendo em reiterados déficits em seu balanço de pagamentos, suprindo as necessidades de liquidez mundial mediante a exportação de capitais, primeiro via Plano Marshall e depois por meio da transnacionalização do capital privado para a Europa. O exercício da hegemonia estadunidense e os graus de liberdade dados aos Estados Unidos na gestão de sua política econômica começaram a ameaçar a função de reserva de sua moeda, colocando em xeque o padrão dólar-ouro. Nos anos 1950 e 1960, o FMI exerceu um papel relativamente marginal, do ponto de vista da ordem capitalista, isto é, de financiar desajustes de balanço de pagamentos em economias em desenvolvimento e orientar seus governos nos programas de ajustes externos e de estabilização (Baer *et al.*, 2016, p. 82-83).

A crise do sistema de Bretton Woods decorreu de dois fatores principais: um de natureza econômica e outro de ordem político-militar. Como exposto, a gestão financeira internacional liderada pelos Estados Unidos garantiu a recuperação dos países europeus, que ao atingirem uma situação mais simétrica no campo econômico começaram a contestar os graus de liberdade desfrutados pelos Estados Unidos, como a falta de uma política econômica de ajuste interno no país. Quanto à questão político-militar, o envolvimento e financiamento a partir de recursos externos por parte dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1955-1975) foram considerados abuso de poder no exercício da hegemonia estadunidense.

Ademais, em oposição à presença militar na Europa a partir de 1964, a França vinha deliberadamente acumulando reservas em ouro e questionando abertamente a capacidade dos Estados Unidos de cumprir a conversibilidade do dólar ao ouro e de continuar liderando uma corrente que pleiteava a restituição do padrão ouro (Baer *et al.*, 2016, p. 83-84).

Com a crescente desconfiança em torno do dólar, as autoridades monetárias começaram a buscar novamente o ouro e a pressionar para que se criasse um ativo de reserva. Em 1968, foram criados os Direitos Especiais de Saque⁴ no âmbito do FMI, cuja primeira emissão, em volume muito restrito, somente ocorreu em 1970, já em pleno processo de fuga da moeda estadunidense. Quando os Estados Unidos se viram diante da perda da liderança, passaram a exercer uma política internacional fortemente autocentrada, e ante a sua enorme importância econômica e política no mundo capitalista, esse foi mais um impeditivo a um processo de reordenação. Em 1971, sob a administração Nixon, os Estados Unidos declararam unilateralmente a inconversibilidade do dólar ao ouro, suspendendo o compromisso de entregar ouro a governos credores, e, a partir de março de 1973, abandonaram definitivamente os esforços para reordenar as paridades cambiais, a essência das regras monetárias estabelecidas em Bretton Woods (Baer *et al.*, 2016, p. 84-85).

Com o colapso do sistema monetário estabelecido em Bretton Woods, o valor do dólar passou a ser determinado pelas forças de mercado, o que resultou em uma inflação substancial no início da década de 1970. O dólar flutuante, o déficit comercial crescente nos Estados Unidos e a dívida associada à Guerra do Vietnã contribuíram para a volatilidade e a desvalorização da moeda estadunidense. Na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), entre os países-membros do Grupo dos Dez (G10) e do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements – BIS),⁵ ganhavam território as propostas sobre precificar o comércio de petróleo em várias moedas: marco (Alemanha), franco (França), libra esterlina (Reino Unido), iene (Japão), dólar canadense (Canadá) e dólar americano (Estados Unidos) (Clark, 2005, p. 20).

O petróleo estava no centro da matriz energética das Forças Armadas, dos transportes em geral, e seus derivados fazem parte das mais diferentes cadeias produtivas e, portanto, do desenvolvimento econômico. Assim, para evitar uma mudança na hierarquia monetária internacional, a administração

4. Trata-se de uma cesta de moedas reservas: dólar, euro, libra esterlina, iene e, a partir de 2016, o *renminbi* chinês (RMB). Mais informações estão disponíveis em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/special-drawing-rights-sdr>.

5. A Opep foi criada em 1960 e reúne os principais exportadores de petróleo do mundo, com o objetivo de coordenar e unificar suas políticas petrolíferas. O G10, estabelecido em 1962, é composto por países industrializados que cooperam em questões financeiras internacionais e de política monetária. Já o BIS, fundado em 1930 e sediado em Basileia (Suíça), atua como o “banco central dos bancos centrais”, promovendo a estabilidade monetária e financeira global.

Nixon estabeleceu o centro de sua estratégia defensiva em garantir que os preços de vendas internacionais do petróleo continuassem apenas em dólares, a despeito de seu comportamento nos mercados de câmbio. A preservação da cotação do petróleo exportado em dólares impunha à grande parte dos países, principalmente aos que possuíam a necessidade de importar petróleo, a obrigação de precificar em dólares seus produtos de exportação de modo a viabilizar seu abastecimento de petróleo e seu comércio exterior como um todo (Metri, 2017, p. 18).

Para evitar essa transição monetária para uma cesta de moedas, o governo Nixon dedicou-se em lastrear o dólar ao petróleo. A estratégia baseou-se em dois pilares: que a Opep aceitasse realizar todas as transações de petróleo em dólares e usar os petrodólares excedentes como instrumento para reverter a queda do valor internacional do dólar via preços elevados de petróleo. O efeito foi consolidar países industrializados e em desenvolvimento sob a esfera do dólar. Negociações secretas de alto nível com a Arábia Saudita, maior produtora da Opep, foi a escolha natural.

Engdahl argumenta que Kissinger, atuando como czar da inteligência de Nixon, foi capaz de “deturpar para cada parte [israelenses, sírios e egípcios] elementos críticos da outra, assegurando a guerra [do Yom Kippur, outubro de 1973] e o subsequente embargo de petróleo árabe”. Ele conclui que, uma vez iniciado o embargo, “os países árabes produtores de petróleo seriam os bodes expiatórios da ira global, enquanto os interesses anglo-americanos responsáveis permaneceriam em silêncio nos bastidores” (Clark, 2005, p. 30, tradução nossa).⁶

Em umas das reuniões secretas, foi apresentado um cenário para um aumento de 400% nas receitas de petróleo da Opep. O objetivo da reunião não era evitar o choque (1973-1974 e 1979) esperado nos preços do petróleo, mas, sim, planejar como gerenciar a enxurrada de dólares que estava prestes a ser criada. Em 1974, um acordo firmado pelos interesses bancários de Nova York e Londres estabeleceu o que ficou conhecido como “reciclagem de petrodólares”. No mesmo ano, o governo saudita comprou secretamente US\$ 2,5 bilhões em títulos do Tesouro dos Estados Unidos com seus fundos excedentes de petróleo (Clark, 2005, p. 20). De acordo com Metri (2017, p. 172), “grande parte da capacidade dos Estados Unidos em compelir a Arábia Saudita a precificar a exportação de seu petróleo em dólares se assentava no fato de que os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, estabeleceram sua presença militar efetiva na península”.

6. “Engdahl argues that Kissinger, acting as Nixon’s intelligence czar, was able to ‘misrepresent to each party [Israelis, Syrians and Egyptians] critical elements of the other, ensuring the [Yom Kippur, October 1973] war and the subsequent Arab oil embargo’. He concludes that once the embargo began, ‘the Arab oil-producing countries would be the scapegoats for global anger, while the Anglo-American interests responsible would remain silent behind the scenes’”.

Engdahl observou francamente que “enquanto o choque do petróleo de Kissinger em 1973 teve um impacto devastador sobre o crescimento industrial mundial, trouxe enormes benefícios para certos interesses estabelecidos – os principais bancos de Nova York e Londres, e as Sete Irmãs do petróleo dos EUA e Reino Unido” (Clark, 2005, p. 31, tradução nossa).⁷

Os bancos britânicos conduziram as transações internacionais de petróleo baseadas na zona do euro, emprestando essas receitas por meio de eurobônus para países importadores de petróleo. Os juros e pagamentos dessas dívidas retornaram como pagamentos denominados em dólares ao FMI, completando assim o ciclo de reciclagem dos petrodólares para o Sistema de Reservas Federal dos Estados Unidos (Federal Reserve) (Clark, 2005, p. 31).

Para simplificar o sistema de reciclagem de petrodólares: por ser uma mercadoria essencial para todos os países, o sistema exige que eles acumulem grandes superávits comerciais para obter dólares excedentes. Essa lógica só não se aplica aos Estados Unidos, pois o país controla e emite dólar (moeda fiduciária) à vontade. Se a maioria do comércio internacional é baseada em dólares, os países precisam manter relações comerciais ativas com os Estados Unidos a fim de maximizar suas reservas em dólares, uma vez que quase todos precisam importar petróleo. Como efeito, os Estados Unidos garantem o valor da liquidez do dólar, e se explica porque quase 70% do comércio mundial é feito em dólares, mesmo que as exportações dos Estados Unidos representem apenas cerca de um terço desse total (Clark, 2005, p. 32).

Segundo Clark (2005, p. 26-27), após um período marcado por um grau significativo de multilateralismo na ONU, e de cooperações internacionais com a Europa – por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) –, uma nova fase de unilateralismo desenfreado e poder coercitivo surge na tentativa de manter a dominação dos Estados Unidos no cenário pós-ataques de 11 de setembro e após a Guerra do Iraque (em 2003).

Essa é a visão de um mundo de neoconservadores como Cheney e Rumsfeld defendem: nada menos que a dominação americana da ordem internacional. Isso exige a doutrina da “guerra preventiva”, o controle militar sobre as principais fontes de energia do mundo e a imposição militar do dólar – e somente do dólar – como padrão monetário internacional nas transações de petróleo. Diferente dos períodos anteriores de dominação americana, o unilateralismo proativo tornou-se a postura predominante (Clark, 2005, p. 26-27, tradução nossa).⁸

7. “Engdahl candidly noted that ‘while Kissinger’s 1973 oil shock had a devastating impact on world industrial growth, it had an enormous benefit for certain established interests – the major New York and London banks, and the Seven Sisters oil multinational of the United States and Britain’”.

8. “This is the worldview that neoconservatives such as Cheney and Rumsfeld advocate, nothing less than US domination of the international order. This requires the doctrine of ‘preventative warfare’, military control over the world’s primary energy supply, along with military enforcement of the dollar – and only the dollar – as the international currency standard for oil transactions. Unlike the previous periods of US domination, forward-leaning military unilateralism is the underlying posture”.

O euro, quando lançado em 1999, sinalizou não apenas uma nova etapa na integração econômica europeia, mas também um desafio importante e potencial à dominância do dólar como moeda internacional. Isso porque importantes nomes das esferas governamentais da União Europeia foram até os grandes detentores de reservas em dólar (China, Japão e Rússia) e tentaram convencê-los a transferir parte de suas reservas de dólares para euros (Clark, 2005, p. 38).

Enquanto os franceses e alemães trabalhavam na sua estratégia diplomática para bloquear a guerra do Iraque no Conselho de Segurança da ONU, os bancos centrais da Rússia e da China começaram discretamente a vender dólares e comprar euros. “O resultado foi uma severa desvalorização do dólar nos poucos meses que antecederam a guerra. Talvez os bancos centrais estivessem protegendo seus investimentos contra riscos de guerra. O Iraque era apenas um peão nesse jogo de xadrez estratégico de alto risco” (Clark, 2005, p. 38, tradução nossa).⁹

Em março de 2003, os Estados Unidos e o Reino Unido invadiram militarmente o Iraque, dando início à guerra dos petrodólares. De acordo com Clark (2005), havia dois fatores principais: “[...] o uso das Forças Armadas dos EUA para garantir o controle físico sobre os depósitos restantes de hidrocarbonetos no planeta, e o uso do aparato militar e das diversas agências de inteligência americanas para impor o arranjo do petrodólar” (Clark, 2005, p. 27, tradução nossa).¹⁰

Entretanto, em Washington e Nova York, os altos escalões do *establishment* político e bancário dos EUA sabiam exatamente o que estava em jogo. A guerra do Iraque não era sobre o antigo programa de armas de destruição em massa de Saddam Hussein, nem sobre a “guerra ao terrorismo”. O verdadeiro temor era de que outros membros da Opec seguissem o exemplo do Iraque e migrassem para um sistema baseado no petroeuro, corroendo assim o papel dominante do dólar na economia global (Clark, 2005, p. 38, tradução nossa).¹¹

Se a França, a Alemanha, a Rússia ou os países exportadores da Opec optassem por transferir “mesmo uma pequena parcela de suas reservas em dólares para euros, para comprar títulos da Alemanha, França ou semelhantes, os Estados Unidos enfrentariam uma crise estratégica como nenhuma outra no período pós-guerra” (Clark, 2005, p. 38, tradução nossa).¹² O fim da dominância do dólar como moeda reserva do sistema monetário internacional (SMI) seria

9. “The result was severe dollar devaluation in the few months just before the war. Perhaps central banks were hedging their investment risks due to war. Iraq is just one pawn in this highstakes strategic game of chess”.

10. “[...] using the US military to secure physical control over the planet’s remaining hydrocarbon deposits, and using the US military and its various intelligence agencies to enforce the petrodollar arrangement”.

11. “However, in Washington and New York, the upper echelons of the US political and banking establishment knew what was at stake. The Iraq War was not about Saddam Hussein’s old WMD program or the ‘war on terrorism’. It was the threat that other members of Opec would follow Iraq and shift to a petroeuro system, thereby eroding the dollar’s dominant role in the global economy”.

12. “[...] even a small portion of their dollar reserves into euro to buy bonds of Germany or France or the like, the United States would face a strategic crisis beyond any of the postwar period”.

uma catástrofe para os Estados Unidos, e para conter uma queda repentina de desvalorização de ativos, o Federal Reserve precisaria elevar as taxas de juros ainda mais que em 1979 (Clark, 2005, p. 39).

Segundo o autor e analista de segurança Clark (2005, p. 28, tradução nossa), “[...] a hegemonia do dólar é, em muitos aspectos, mais importante do que a superioridade militar dos EUA. De fato, a remoção do pilar monetário naturalmente enfraqueceria o pilar militar”.¹³

Para o ministro de Finanças do então governo francês de Charles de Gaulle, Valéry Giscard d’Estaing, mediante a utilização do dólar como moeda de reserva do SMI, os Estados Unidos desfrutaram de um privilégio exorbitante. Isso decorre, sobretudo, do fato de o país ser o emissor da moeda, o que significa dizer que suas dívidas são denominadas em sua própria moeda. Em outras palavras, os seus déficits comerciais são financiados pelos demais países (Eichengreen, 2011, p. 2-4).

De acordo com Eichengreen (2011, p. 5), “mercados emergentes se queixam de que, à medida que suas economias cresciam e seus bancos centrais se viam obrigados a aumentar suas reservas de dólares, eram obrigados a financiar de forma barata o déficit externo dos EUA, gostassem ou não”.¹⁴ Conforme exposto anteriormente nesta seção, a confiança global no dólar permite aos Estados Unidos uma captação de recursos baratos, visto que o mundo todo compra títulos do Tesouro estadunidense, mantendo a dívida do país em alta demanda. Soma-se a isso o controle que os Estados Unidos possuem sobre a liquidez global, uma vez que o comércio internacional é, majoritariamente, realizado em dólar.

Ao final deste percurso histórico, percebe-se que a centralidade do dólar não é apenas resultado de fatores econômicos, mas também de decisões políticas estratégicas e da capacidade dos Estados Unidos de vincular recursos essenciais, como o petróleo, à sua moeda. Essa combinação criou um sistema monetário internacional altamente dependente do dólar, cujas assimetrias motivam o BRICS a articular alternativas monetárias e institucionais, tema explorado na próxima seção.

3 ALTERNATIVAS AO SISTEMA INTERNACIONAL DE PAGAMENTOS EM DÓLAR

Compreender as alternativas ao sistema internacional de pagamentos em dólar é fundamental para avaliar a viabilidade da agenda multilateral do BRICS. Assim, esta seção concentra-se na compreensão do que é um pagamento transfronteiriço e na análise das alternativas desenvolvidas por diferentes países, como Rússia e

13. “[...] It should be noted that dollar hegemony is in many respects more important than US military superiority. Indeed, removing the dollar pillar will naturally result in the diminishment of the military pillar”.

14. “Emerging markets complain that as their economies expanded and their central banks felt compelled to augment their dollar reserves, they were obliged to provide cheap finance for the U.S. external deficit, like it or not”.

China, e pelo grupo BRICS ao sistema de pagamento transfronteiriço internacional, como a criação de novos sistemas de transferências, a internacionalização do RMB e o BRICS Pay.

O sistema internacional de pagamentos abrange as ligações entre os bancos correspondentes, os sistemas de mensagens – como a Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication – Swift) –, as empresas de transferência de dinheiro e as redes de cartões de crédito, bem como os mercados de câmbio e os acordos entre os bancos centrais (Georgieva, 2022). Os pagamentos transfronteiriços “estão no cerne do sistema monetário internacional (SMI)”, pois possibilitam “a troca de bens e serviços entre nações, a liquidação de contratos financeiros entre empresas além das fronteiras e o direcionamento da ajuda internacional” (Perez-Saiz, Zhang e Iyer, 2023, p. 3, tradução nossa).¹⁵ Dessa forma, ao facilitar as transações financeiras entre países, o SMI atua como espinha dorsal da globalização do comércio e das finanças (Perez-Saiz, Zhang e Iyer, 2023, p. 3). No entanto, segundo a diretora-geral do FMI, os sistemas de pagamentos transfronteiriços são caros, lentos, opacos e não estão disponíveis para muitos que precisam. Ainda, os riscos geopolíticos podem levar ao desenvolvimento de sistemas de pagamentos paralelos e desconexos para mitigar o risco de possíveis sanções econômicas (Georgieva, 2022).

O principal sistema de mensagens (comunicação entre instituições financeiras) utilizado hoje é a Swift (Jiejin, 2025). Assim, com o intuito de enfrentar as consequências causadas pelas sanções impostas pelos Estados Unidos e seus aliados, a Rússia desenvolveu seu próprio sistema de transferência, o System for Transfer of Financial Messages (SPFS). Apesar de ter intensificado suas tentativas de utilizar o SPFS para pagamentos transfronteiriços, o seu uso ainda é bastante limitado, sendo utilizado na Rússia e em vinte países (Li, 2023, p. 22-23; Bank of Russia, 2024). A China, por sua vez, desenvolveu em 2015 o Cross-Border Interbank Payment System (CIPS), um sistema de pagamento transfronteiriço completo que incorpora tanto a compensação quanto a liquidação (em RMB). O sistema chinês “[...] ainda utiliza a Swift para a maioria das mensagens financeiras internacionais, mas pode ser ampliado para operar de forma independente. Apesar de sua cobertura ainda ser pequena, tem potencial para ser expandida, se necessário” (Li, 2023, p. 22-23, tradução nossa). Conforme informações disponibilizadas pelo CIPS, atualmente abrange mais de 4.500 instituições bancárias em 182 países (CIPS, 2024).

Diante da falta de liquidez dos mercados e do recuo do comércio global devido à crise do *subprime* em 2008, a exportação da China retraiu 20% em 2009 (Kroeber, 2013, p. 20), fazendo com que o país sentisse a necessidade de

15. “[...] are at the heart of the international monetary system (IMS). [...] The exchange of goods and services between nations, the settlement of financial contracts between corporations across borders and the channeling of international aid”.

adotar políticas anticíclicas para sustentar o crescimento doméstico (Sun e Fu, 2012 *apud* Sousa, 2020). A partir desse cenário, as autoridades chinesas aumentaram sua preocupação com relação à governança do sistema monetário e financeiro, que por serem dependentes do dólar e de Wall Street, estavam propensos à instabilidade (Kroeber, 2013; Park, 2016 *apud* Sousa, 2020; Cohen, 2017 *apud* Sousa, 2020). Concentrando as maiores reservas do mundo e sendo elas denominadas em dólar,

[...] a China tornou-se ciente do Dollar Trap em que estava envolvida, uma vez que as políticas adotadas pelo Federal Reserve (FED) no combate aos efeitos da crise, em especial o Quantitative Easing, tinham o potencial de desvalorizar as reservas chinesas [...]. Desse modo, a China passou a defender uma intensificação na internacionalização do RMB [...] (Sousa, 2020, p. 14).

Nesse sentido, Eichengreen (2011) afirma que se os eventos nos Estados Unidos suscitam dúvidas sobre o papel do dólar, o cenário internacional as aprofunda, principalmente após a emergência de países como China, Índia e Brasil, que reduziram o predomínio econômico estadunidense. Nas palavras dele,

não é óbvio por que razão o dólar, a moeda de uma economia que não mais responde pela maior parte da produção industrial do mundo, deve ser usado para faturar e liquidar a maior parte das transações internacionais do mundo. Tampouco está claro por que o dólar ainda deve constituir a parcela preponderante das reservas dos bancos centrais e dos governos. À medida que a economia mundial se torna multipolar, seu sistema monetário, sugere a lógica, deve, da mesma maneira, seguir a tendência, também se tornando multipolar. Esse raciocínio implica, no mínimo, que o dólar terá de compartilhar seu papel internacional (Eichengreen, 2011, p. 119, tradução nossa).¹⁶

Percebendo a janela de oportunidade, a China expandiu a sua força diplomática e, conseqüentemente, sua presença pelo mundo, ao invés de se adequar passivamente a uma ordem mundial (Sousa, 2020, p. 14). De acordo com Eichengreen (2011, p. 144-145, tradução nossa),

com o passar do tempo, a China poderia fortalecer o papel internacional do *renminbi*, desenvolvendo e liberando o acesso a mercados de títulos de dívida líquidos. Aos poucos, também poderia liberar sua moeda para ser usada livremente em transações financeiras e comerciais. A questão é: Quanto tempo? A China vem caminhando às apalpadelas nessa direção há mais de uma década; no entanto, até agora, completou apenas parte do percurso. Com boas razões: reconciliar estabilidade financeira com liberdade plena para comprar e vender artigos nacionais

16. "It is not obvious why the dollar, the currency of an economy that no longer accounts for a majority of the world's industrial production, should be used to invoice and settle a majority of the world's international transactions. Nor is it clear why the dollar should still constitute a majority of the reserves of central banks and governments. As the world economy becomes more multipolar, its monetary system, logic suggests, should similarly become more multipolar. This reasoning implies at a minimum that the dollar will have to share its international role".

e estrangeiros impõe pré-requisitos formidáveis. Primeiro, os mercados devem se tornar mais transparentes. Os bancos precisam ser modernizados. A supervisão e a regulação devem ser fortalecidas. As políticas monetária e fiscal têm de ser sólidas e estáveis, e a taxa de câmbio deve tornar-se mais flexível, a fim de acomodar maior volume de fluxos de capital. Em outras palavras, a China deve primeiramente abandonar o modelo de crescimento cujos pilares centrais são os empréstimos bancários e o atrelamento da taxa de câmbio, o que é mais fácil falar do que fazer.¹⁷

Mesmo com todos os avanços já realizados, é importante considerar que, segundo Krugman, a moeda internacional tem três funções: fazer pagamentos internacionais (além de cumprir com as funções de uma moeda, ou seja, meio de pagamento), fixar preços (unidade de conta) e ser mantida como um ativo líquido para transações internacionais (reserva de valor). Na opinião de Chinn e Frankel, os requisitos para uma moeda se tornar internacional são: alto volume de comércio comparado com o comércio mundial; o mercado financeiro do país deve ser aberto, livre de controles e bem desenvolvido; e confiança no valor da moeda, ou seja, a moeda não pode perder valor com facilidade (inflação) (Krugman, 1984 *apud* Rangel, 2014; Chinn e Frankel, 2008 *apud* Rangel, 2014).

Somam-se a esses movimentos as iniciativas que estão sendo coordenadas dentro do BRICS. Sob a presidência da República da África do Sul, em 2018, foi inserida na agenda a criação de um novo sistema de pagamentos internacionais, chamado New International Payment System (Nips). O projeto, de parceria público-privada, contou com o apoio dos cinco países-membros e buscou desenvolver um *gateway* único de arquitetura aberta para a integração perfeita dos sistemas nacionais de pagamentos baseados em moeda local, integrar as redes de cartões bancários existentes dos países (voluntariamente), além de criar uma plataforma *switch-cloud* para liquidações transfronteiriças em formato digital, incluindo a tecnologia *blockchain* (BRICS Business Council, 2018).

Em 2020, a Rússia assumiu a presidência rotativa do grupo e propôs um serviço comercial de pagamentos chamado BRICS Pay – um aplicativo móvel ou carteira eletrônica que pode ser instalado em qualquer *smartphone* – para os países BRICS Plus.¹⁸ O BRICS Pay permite pagar compras e transferir fundos em qualquer país do BRICS, e sua versão de demonstração foi lançada no mesmo

17. "With time China can strengthen the international role of the renminbi by developing liquid securities markets and liberalizing access to them. With time it can make its currency freely usable for financial as well as merchandise transactions. The question is: how much time? China has been feeling its way in this direction for more than a decade yet even now has moved only part of the way down the path. With good reason: reconciling financial stability with full freedom to buy and sell domestic and foreign assets has formidable prerequisites. Markets must first become more transparent. Banks must be commercialized. Supervision and regulation must be strengthened. Monetary and fiscal policies must be sound and stable, and the exchange rate must be made more flexible to accommodate a larger volume of capital flows. China, in other words, must first move away from a growth model of which bank lending and a pegged exchange rate have been central pillars. This is easier said than done".

18. BRICS Plus "é a reunião entre países-membros do BRICS e aqueles países convidados que não são da região do país de presidência de turno do BRICS" (BRICS Brasil, 2024).

ano, utilizando uma plataforma tecnológica indiana chamada Unified Payments Interface (UPI) (BRICS Business Council, 2020).

Quando a China assumiu a presidência em 2022, buscaram dar continuidade ao BRICS Pay, propondo a criação de uma nova unidade de conta para converter moedas nacionais (BRICS Business Council, 2022). Em 2024, a Rússia voltou a reafirmar a necessidade de criar e utilizar instrumentos de pagamento descentralizados, como o BRICS Pay (anteriormente Nips) (BRICS Business Council, 2024). Em 2025, o relatório brasileiro do conselho empresarial informou que “a Força-Tarefa de Pagamentos e Fintech tem discutido a viabilidade de implementar ferramentas e tecnologias financeiras descentralizadas como meio de fortalecer e aprimorar a integração financeira entre os países do BRICS” (BRICS Business Council, 2025). As iniciativas que estão sendo avaliadas incluem:

o BRICS Pay, um sistema empresarial que permite fazer pagamentos transfronteiriços para fornecer conectividade padronizada entre métodos de pagamento nacionais e comerciais nos países BRICS+; [e] BRICS Clear – uma plataforma independente descentralizada de liquidação e depósito de valores mobiliários transfronteiriços, uma iniciativa para complementar a infraestrutura do mercado financeiro existente com a participação voluntária e explorar formatos apropriados para um diálogo técnico adicional sobre liquidação e infraestrutura de depósito entre as partes interessadas relevantes. Em 2024, o Capítulo Russo apresentou propostas sobre o BRICS DCMS [Decentralized Cross-Border Messaging System], um sistema descentralizado de mensagens transfronteiriças (BRICS Business Council, 2025, p. 50).

Há especulações sobre uma possível moeda de comércio do BRICS, que inclusive foi defendida pelo presidente brasileiro. Nas palavras de Lula, “o dólar é uma moeda importante, mas nós podemos discutir nos BRICS a necessidade de uma moeda de comércio entre nós” (Ferreira, 2025). No entanto, a ideia não é criar uma moeda para uso geral, como o euro, pois isso demandaria uma maior integração econômica e política desses países. De acordo com o professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), Adriano Vilela Sampaio, “seria algo mais próximo a um mecanismo de pagamentos – liquidações – que não utilize uma moeda externa, como o dólar”. O professor ainda explica que,

atualmente, quando um exportador brasileiro vende a uma empresa chinesa, a liquidação dessa transação costuma ser em dólares. Com um sistema como o descrito anteriormente, o importador chinês pagaria o valor *renminbi* a uma instituição financeira local, que repassaria ao banco central chinês. Este, por sua vez, creditaria o valor equivalente na moeda única na conta do BC brasileiro que, então, repassaria a um banco local até que o valor em reais fosse pago ao exportador brasileiro (Galvão, 2025).

De acordo com declarações do vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Ryabkov, após a cúpula em Kazan, em 2024, “grandes desenvolvimentos são esperados em relação aos mecanismos de pagamento mútuo nos países do BRICS [...]”, contudo, complementou, “não devemos esperar um grande salto à frente. Este processo provavelmente será evolutivo porque o grupo BRICS opera com base em consensos” (Helmy, 2025, tradução nossa).¹⁹

Ainda, diante dessas iniciativas e de acordo com o estudo do FMI, “mudanças tecnológicas e geopolíticas recentes podem acelerar transformações no SMI. A elevada inércia do sistema reflete, historicamente, os fortes efeitos de rede e os custos de troca” (Eichengreen, 2008 *apud* Perez-Saiz, Zhang e Iyer, 2023, p. 3, tradução nossa). Conforme os autores,

esses dois fatores podem ser alterados significativamente pela revolução digital e pelas tensões geopolíticas atuais. A digitalização pode reduzir substancialmente os custos de troca, aumentar a competição entre moedas e promover a internacionalização de novas moedas (Brunnermeier *et al.*, 2019 *apud* Perez-Saiz, Zhang e Iyer, 2023, p. 3, tradução nossa).²⁰

Em termos comparativos entre os sistemas de pagamento alternativos, embora o SPFS russo e o CIPS chinês representem avanços nacionais no sentido de reduzir a dependência da Swift, sua eficácia permanece limitada pela cobertura geográfica e pelo grau de abertura financeira de seus países-sede. Já o BRICS Pay se diferencia por buscar interoperabilidade regional e por propor liquidações multimooeda. Assim, enquanto o CIPS tem maior alcance global e solidez operacional, o BRICS Pay possui maior potencial político de integração entre economias emergentes.

Todas as alternativas que foram expostas se apresentam como uma possibilidade de maior independência dos países em relação ao dólar. Entre elas, aquelas que mais avançaram até o momento foram o sistema de pagamento transfronteiriço chinês (CIPS) e o BRICS Pay. Apesar do sistema de pagamento chinês ser completo, abrangendo a liquidação e compensação em RMB, ele é limitado no que tange à confiabilidade, uma vez que a economia chinesa não é aberta, e à autonomia, visto que é regulado pelo Banco Popular da China. Ao mesmo tempo, é a possibilidade que demonstra maior capacidade de alcance global. Sob outro prisma, os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo BRICS possuem uma perspectiva mais regional ou de integração. Nesse sentido, o BRICS Pay

19. “Major developments are expected regarding mutual payment mechanisms in the BRICS countries [...]. [But] we should not expect a huge leap forward. This process is likely to be an evolving one because the BRICS group operates on the basis of consensus”.

20. “These two factors could be significantly altered by the digital revolution and recent geo-political tensions. Digitalization could substantially reduce switching costs, increase currency competition, and promote the internationalization of new currencies”.

busca construir um ecossistema policêntrico, fortalecer os laços comerciais e integrar os países (liquidação direta em moedas nacionais), além de visar à interoperabilidade (conectando os sistemas de pagamentos dos membros do grupo).²¹ As diversas tentativas e alternativas produzidas demonstram uma compreensão conjunta dos perigos de continuarem dependentes de uma política monetária liderada por um país que não consegue atuar com eficiência para solucionar as crises, ao mesmo tempo que detém os benefícios do privilégio exorbitante da moeda internacional, e que vem perdendo poder no cenário internacional.

Contudo, a viabilidade de tais alternativas depende de superar desafios técnicos, jurídicos e políticos, além de conquistar confiança internacional suficiente para competir com a infraestrutura dominada pelo dólar. A próxima seção examina criticamente essas perspectivas e limitações, situando-as no contexto da presidência brasileira do BRICS em 2025.

4 ENTRE AVANÇOS E LIMITES: O BRICS NA REFORMA DA ARQUITETURA FINANCEIRA GLOBAL

A consolidação do dólar como moeda internacional e a busca por alternativas de pagamentos internacionais apresentadas nas seções anteriores evidenciam um cenário de tensões estruturais no SMI. É nesse contexto que o BRICS, formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, se posiciona como ator central na promoção de uma ordem financeira mais equilibrada e representativa, emergido no contexto da crise do *subprime* como ator relevante para a reestruturação da ordem econômica global.

As instituições tradicionais têm como foco a promoção da estabilidade macroeconômica por meio de empréstimos do FMI ou a redução da pobreza e desigualdade mediante o financiamento de projetos específicos do Banco Mundial (BM). Essas instituições são conhecidas pela imposição de uma série de condicionalidades estruturais como reformas de medidas fiscais e tributárias (por exemplo, FMI) e apresentação de garantia fidejussória de instituição financeira nacional ou não (BM). Além disso, as tomadas de decisões são desiguais, sempre a depender da participação do país na instituição (IMF, 2023; IBRD, 2025; Banco Mundial, 2016).

Desde a sua criação, o grupo BRICS vem defendendo reformas na governança econômica global que ampliem a participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios. Em prol de uma maior representatividade destes e por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – ou New Development Bank (NDB) –, o grupo criou uma alternativa para o financiamento

21. Disponível em: <https://www.brics-pay.com/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

global, antes realizado pelas tradicionais instituições multilaterais, como o FMI e o BM (Molina, 2025). É importante destacar que a criação do banco

baseou-se num estudo de viabilidade conduzido pelos ministérios das finanças nacionais, que identificou: (i) a necessidade de financiamento nos países em desenvolvimento não abrangidos pelas instituições financeiras multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial; e (ii) a redução da capacidade de crédito internacional para fins de desenvolvimento (BRICS Brasil, 2025b, tradução nossa).²²

O Banco do BRICS, instituído pelos seus membros fundadores em 2014, destaca-se por ser uma solução à necessidade de financiamento de longo prazo para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável que promovam a inclusão social; pela sua agilidade na concessão de empréstimos; e por não impor condicionalidades típicas das instituições tradicionais já citadas, tanto para os países que integram o agrupamento, como para outras nações emergentes (Molina, 2025). É importante compreender que o NBD tem dez anos de história e oito membros oficiais, conta com US\$ 50 bilhões de capital subscrito, sendo US\$ 10 bilhões de capital integralizado, e em fevereiro de 2023 foi classificado pelo Standard & Poor's como tendo um *rating* internacional de crédito AA+. Para fins de comparação, o BM existe desde 1945, conta com 189 países-membros, possui US\$ 317,8 bilhões de capital subscrito e US\$ 21,8 bilhões de capital integralizado e é classificado como AAA, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) existe desde 1959, conta com 48 membros, possui um capital integralizado total de US\$ 11,8 bilhões e a mesma classificação AAA do BM (Cesar, 2024).

Desde a sua criação, o NBD já aprovou mais de US\$ 32,8 bilhões em financiamentos de projetos, tanto para os países-membros quanto para não membros do Sul global, como Bangladesh e Egito. O impacto da atuação nas economias emergentes permite a expansão de membros, que pode ampliar a base de capital do banco, hoje avaliada em US\$ 100 bilhões, e atrair mais investimentos globais (Molina, 2025). De acordo com o professor Evandro Carvalho,

[...] desde sua origem, o BRICS se posiciona como um agente reformador da governança global. Seu objetivo central é a reforma das organizações internacionais, buscando ampliar a participação dos países emergentes nos processos de tomada de decisão. Essa demanda por maior representatividade está expressa em todas as declarações das cúpulas do grupo (Molina, 2025).

Somando-se aos fatores de destaque, é importante reafirmar o quesito da não imposição de condicionalidades aos países que buscam financiamento,

22. “[...] based on a viability study led by the national ministries of finance, which identified: (i) the need for financing in developing countries not covered by traditional multilateral financial institutions such as the World Bank; and (ii) the reduction in international credit capacity for development purposes”.

respeitando as legislações nacionais para projetos no âmbito social e ambiental. Assim, de acordo com a embaixadora Tatiana Risoto,

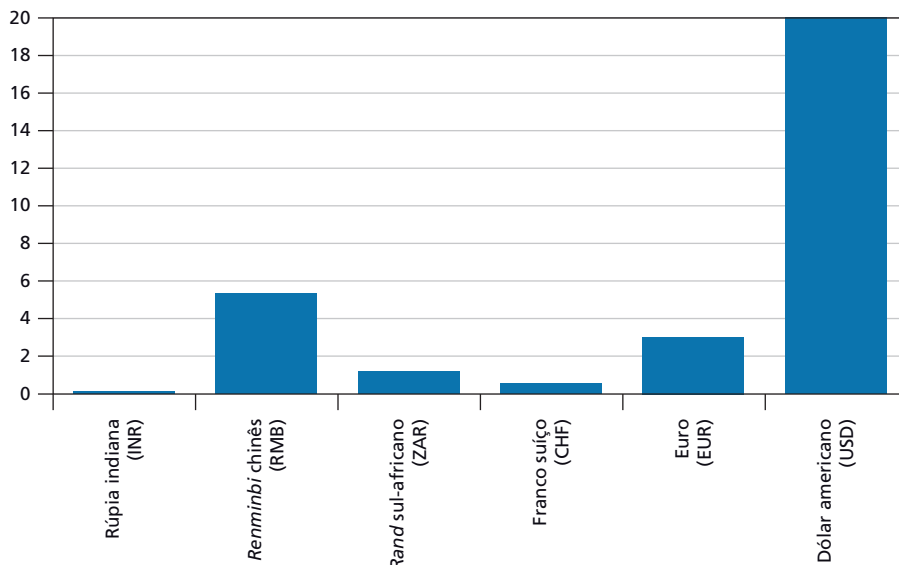
é uma instituição que é parte da família mais ampla dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs, na sigla em inglês), mas que permite que os países construam sinergias entre si, que compreendam, inclusive, por serem os acionistas principais dos bancos, que os desafios específicos desses países e as suas políticas possam ser melhor levados em conta no exercício dos financiamentos e que ele possa ser cada vez mais um agente transformador do desenvolvimento nessas nações (Martins, 2025).

Assim, o NBD é o elemento mais tangível da reforma que o BRICS propõe. Funcionalmente, o banco traduz a desdolarização em instrumentos: capta e empresta em moedas locais, estimula mercados de capitais domésticos por meio de emissões (inclusive verdes) e cria lastro para liquidações multimooeda. Ao combinar financiamento em moeda local com plataformas de pagamento do BRICS, reduz a exposição ao dólar em contratos, garantias e no serviço da dívida. Desta forma, o NBD atua como pilar de financiamento ao desenvolvimento e, embora não componha diretamente a infraestrutura de pagamentos do BRICS, suas emissões em moedas locais e políticas de captação multimooeda contribuem indiretamente para reduzir a dependência do dólar e estimular mercados financeiros domésticos.

O gráfico 1 demonstra a diversidade do portfólio de projetos por moeda do NBD. O dólar é a moeda predominante, seguida do RMB chinês, que já ultrapassou o euro. Ainda, o gráfico evidencia o empenho do banco em conceder empréstimos denominados nas moedas dos países-membros – rúpia indiana (INR), *renminbi* chinês (RMB) e *rand* sul-africano (ZAR).

O quadro 1 compara o NBD ao FMI e ao BM, com o intuito de explicitar diferenças de condicionalidade, governança, instrumentos, agilidade, moedas e capacidade de inovação. Conforme a síntese, o contraste entre NBD, FMI e BM permite explorar como esses aspectos afetam a viabilidade de liquidações multimooeda.

GRÁFICO 1
Portfólio de projetos do NBD, por moeda (2022)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: NBD, 2022. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

QUADRO 1
Comparativo entre o Novo Banco de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial

Aspecto	NBD	FMI	BM
Condicionalidade	Sem condicionalidades estruturais.	Exige reformas estruturais e ser membro.	O país precisa ser membro, exige garantia fidejussória.
Governança	Igualitária.	Baseada em cotas financeiras.	Baseada em cotas financeiras.
Instrumentos	Empréstimo e financiamento.	Empréstimos.	Financiamento.
Agilidade	Menos processos burocráticos.	Muitos processos burocráticos.	Muitos processos burocráticos.
Moedas	Incentiva o uso de moedas locais para financiamentos.	Principais moedas são o dólar e o euro.	Principais moedas são o dólar e o euro.
Capacidade de inovação	Alta capacidade de buscar novos modelos financeiros com maior inclusão.	Limitada ao modelo financeiro conservador.	Limitada ao modelo financeiro conservador.

Elaboração das autoras.

Outra ferramenta criada pelo BRICS foi o Arranjo Contingente de Reservas (Contingent Reserve Arrangement – CRA), uma plataforma de apoio financeiro mútuo à qual os membros do BRICS podem recorrer em caso de dificuldades na sua balança de pagamentos. Os países fundadores se comprometeram a fornecer reservas cambiais no valor de até US\$ 100 bilhões, sendo distribuídas pelos

países da seguinte forma: China (US\$ 41 bilhões), Brasil (US\$ 18 bilhões), Índia (US\$ 18 bilhões), Rússia (US\$ 18 bilhões) e África do Sul (US\$ 5 bilhões).²³ A solicitação de adesão ao CRA pelos novos membros do BRICS será analisada pelo Conselho Administrativo da agência, em conformidade com o Tratado para o Estabelecimento do Acordo de Reserva Contingente do BRICS, de 2014 (BRICS Brasil, 2025b).

Os compromissos individuais determinam tanto o poder de voto de cada um dos membros quanto o montante a que terão acesso caso entrem com um pedido. De acordo com os compromissos individuais já explicitados, Brasil, Índia e Rússia contarão com um multiplicador de 1, enquanto a África terá multiplicador de 2 e a China, de 0,5. O art. 5º do Decreto nº 8.702/2016 dispõe sobre as condições adicionais para gozar dos recursos providos pelo arranjo:

[...] do valor total a que uma das partes terá direito (de acordo com a aplicação de seu multiplicador), 30% deverá ser disponibilizado quando o pedido for aprovado e os 70% restantes somente serão disponibilizados caso o membro requerente tenha um acordo vigente com o FMI, cumprindo as condicionalidades deste (Coelho e Capinzaiki, 2017, p. 143).

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, criticou o processo de desglobalização e defendeu um sistema de comércio multilateral aberto e justo. Ele afirmou que o papel do BRICS deve ser de “resistir a essa fragmentação e advogar por um sistema de comércio multilateral aberto, justo e equilibrado – um que atenda às necessidades do Sul global e promova uma ordem econômica verdadeiramente multipolar”. Em sua fala, o ministro também destacou a importância de uma reforma na arquitetura financeira global, citando o NBD como um mecanismo vital para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes (BRICS Brasil, 2025c).

Apesar dos avanços do grupo, analistas de relações internacionais e economistas apontam para os desafios nessa empreitada de diminuir a presença do dólar no sistema financeiro. O economista brasileiro e ex-vice-presidente do NBD, Paulo Nogueira Batista Jr., aponta que há duas grandes dificuldades: i) a notória resistência dos Estados Unidos em renunciar ao “privilégio exorbitante” de ter a moeda nacional servindo como a principal moeda global; e ii) a dificuldade dos países do BRICS de se unirem nessa empreitada (Batista Júnior, 2024, p. 6).

Ainda, de acordo com Batista Júnior (2024, p. 6), Washington irá utilizar-se de todos os instrumentos à sua disposição para lutar contra qualquer tentativa de

23. De acordo com o Decreto nº 8.702/2016, art. 2º, alínea b, até que uma das partes faça a solicitação de acesso aos recursos comprometidos, e que essa solicitação seja aceita pelas demais partes e efetuada por meio de *swap* cambial, cada parte manterá plenos direitos de propriedade e de posse sobre os recursos comprometidos ao CRA. Para mais informações, conferir Brasil (2016).

destronar o dólar, como já vem fazendo desde as negociações monetárias e financeiras do pós-Segunda Guerra Mundial, quando as ideias de Keynes²⁴ para uma moeda internacional foram veementemente rejeitadas, e quando mais tarde os Estados Unidos utilizaram do seu poder de veto no FMI para bloquear medidas que poderiam ter tornado os Direitos Especiais de Saque uma moeda plena de *status* internacional.

É preciso pensar que o BRICS enfrenta desafios devido à heterogeneidade do grupo: países com perspectivas e interesses nacionais muito diferentes. A expansão do agrupamento, iniciada em 2024, deve agravar ainda mais o problema de coordenação e as vulnerabilidades políticas (Batista Júnior, 2024, p. 7). A economista e professora Juliane Furno afirma, nesse sentido, que há uma crise de identidade (Furno, 2025). Ao mesmo tempo, Paulo Nogueira pontua que

os países do BRICS partilham uma insatisfação de longa data com a arquitetura monetária e financeira internacional existente. Nessas décadas iniciais do século XXI, os motivos de insatisfação só cresceram. As instabilidades financeiras, econômicas e políticas aumentaram dramaticamente, mas o Ocidente não dá sinais de fazer as adaptações e concessões necessárias para acomodar o BRICS e outras nações de mercados emergentes. Além disso, a disfuncionalidade do sistema monetário internacional baseado no dólar, que remonta à década de 1960, se torna cada vez mais óbvia (Batista Júnior, 2024, p. 7-8, tradução nossa).²⁵

De acordo com Furno (2025), há um elemento paradoxal na medida em que, por um lado, os conjuntos de ações aplicadas por Washington podem representar um cerco aos países rivais de forma a resultar no enquadramento deles, seja através de tarifas alfandegárias ou de importação e até mesmo sanções, por outro lado, também podem criar uma rejeição compartilhada, uma sensação de maior unidade do Sul global, para que coletivamente enfrente os Estados Unidos em busca de uma maior soberania econômica.

O professor de sociologia da Universidade de Duke, Bai (2024, p. 10, tradução nossa), afirma que enquanto “os países ocidentais estão enfatizando a minimização de riscos do comércio e dos investimentos com a China no nível das cadeias de suprimento”, os países não ocidentais buscam reduzir os riscos de seus

24. De acordo com Oliveira, Maia e Mariano (2008, p. 199-200), Keynes defendia a existência de uma moeda (escritural/bancária) não física, que corresponderia ao registro das operações entre os bancos centrais na Câmara (International Clearing Union – ICU), chamada de *bancor*. Ainda, segundo o economista Belluzzo (2004): “O Plano Keynes visava, sobretudo, eliminar o papel perturbador exercido pelo ouro como último ativo de reserva do sistema, instrumento universal da preferência pela liquidez. Buscava, portanto, uma distribuição mais equitativa do ajustamento dos desequilíbrios do balanço de pagamento entre deficitários e superavitários. Isso significava, na verdade [...], facilitar o crédito aos países deficitários e punir os países superavitários”.

25. “The BRICS countries share a longstanding dissatisfaction with the existing international monetary and financial architecture. Reasons for dissatisfaction have only increased in these initial decades of the 21st century. Financial, economic, and political instabilities have risen dramatically, but the West gives no sign of making the adaptations and concessions needed to accommodate the BRICS and other emerging market nations. The dysfunctionality of the dollar-based international monetary system, which dates back to the 1960s, is becoming increasingly obvious”.

laços econômicos com o Ocidente. “A recusa dos países em desenvolvimento em se alinharem com a política ocidental de guerra e sanções contra a Rússia levou ao crescimento do discurso sobre o papel político do Sul global no cenário internacional”. Contudo, apesar de muitos defenderem uma substituição do dólar para o RMB como a nova moeda global, é improvável que isso aconteça no curto prazo,

[...] a menos que o uso do dólar estadunidense como arma seja intensificado ou que sua credibilidade seja destruída por uma grave crise de dívida nos EUA [...]. Atualmente, é mais provável que o *status* global do dólar seja enfraquecido pelos vários esforços de minimização de risco dos países do Sul global e que o sistema financeiro internacional passe do domínio do dólar estadunidense para a coexistência de várias moedas importantes, incluindo o dólar, o *renminbi*, o euro e a moeda do BRICS (Bai, 2024, p. 12, tradução nossa).²⁶

Bai (2024) afirma que a maioria dos países do Sul global não deseja escolher lados em questões político-econômicas globais, pelo contrário, buscam um mundo multipolar, e isso inclui a criação de plataformas internacionais que sejam mais iguais e justas e que representem melhor seus interesses, para que possam se proteger contra os riscos da atual ordem econômica internacional.

Ao defender a desdolarização, esses países pretendem mitigar os vários riscos apresentados pelo dólar estadunidense, e não confrontá-lo. Portanto, a perspectiva tradicional, ou seja, de que o sistema financeiro internacional deve ter uma moeda dominante – e, como o dólar não é mais viável, ele deve ser substituído pelo *renminbi* – pode ser inadequada para compreender o cerne da situação global, já que o mundo enfrenta “grandes mudanças inéditas no último século” (Bai, 2024, p. 12-13, tradução nossa).²⁷

Nesse sentido, Furno (2025) argumenta que o fortalecimento do BRICS deve ocorrer não apenas como grupo econômico, mas também como ator político capaz de articular os interesses do Sul global. A estratégia não consiste em substituir o dólar por uma nova moeda internacional, como o RMB, mas em promover um sistema baseado em uma cesta de moedas, refletindo uma ordem financeira mais equilibrada e representativa.

Assim, a construção de uma arquitetura financeira multipolar impulsionada pelo BRICS pode seguir três trajetórias: i) cenário otimista (convergência funcional): consenso político entre os membros para o avanço gradual do

26. “[...] unless the weaponisation of the US dollar intensifies or the credibility of the US dollar is destroyed by a severe debt crisis in the US [...]. In the present period, it is more likely that the dollar’s global status will be weakened by the various de-risking efforts of the Global South countries and that the international financial system will transition from the dominance of the US dollar to the coexistence of several major currencies, including the US dollar, RMB, euro, and the BRICS currency”.

27. “In advocating for de-dollarisation, these countries aim to mitigate the various risks posed by the US dollar, not to confront it. Therefore, the traditional perspective – i.e., the international financial system must have one dominant currency and, since the dollar is no longer viable, it should be replaced by the RMB – may be inadequate in grasping the crux of the global situation, as the world faces ‘great changes unseen in a century’”.

desenvolvimento e da implementação/interoperabilidade técnica do BRICS Pay, incentivo de financiamento em moedas locais por meio do NBD e aceitação internacional de um sistema de pagamentos baseado em múltiplas moedas, com acordos de compensação entre bancos centrais do agrupamento; ii) cenário intermediário (resiliência parcial): avanços limitados e assimétricos, em que o BRICS Pay opera em nichos, como comércio de energia e insumos estratégicos, o dólar permanece predominante nas faturas intra-grupo, e o NBD incrementa o uso de moedas locais de forma moderada, ainda que o bloco ganhe coesão política ante a sanções/volatilidade externa; e iii) cenário pessimista (estagnação): desacordos internos, agravados pela recente expansão, somados a pressões externas, inviabilizam a governança do BRICS Pay e congelam o uso de moedas locais; o bloco mantém dependência estrutural do dólar, limitando-se à retórica reformista em defesa de um multilateralismo mais inclusivo.

Para que o cenário otimista ou, ao menos, o intermediário ganhe força, a atuação brasileira é decisiva. Cabe ao país estimular e conduzir pilotos de liquidação em moedas locais com seus parceiros estratégicos. Isso inclui: o agronegócio, com foco em fertilizantes entre Brasil, Rússia e Índia; o setor de energia e equipamentos, nas relações entre Brasil, China e África do Sul; e a área de saúde, em parceria bilateral com a Índia. Assim, o Brasil maximiza a probabilidade de convergência funcional do arranjo, aproveitando a capilaridade diplomática de sua política externa e valendo-se dos instrumentos coletivos como BRICS Pay e NBD.

Desse modo, durante a presidência brasileira de 2025, espera-se que o Brasil atue como facilitador da interoperabilidade entre o BRICS Pay e o BRICS Clear, bem como na operacionalização do CRA como instrumento para estabilização da balança de pagamentos dos membros. Essa sinergia entre mecanismos de pagamento e de reserva poderá reduzir a exposição ao dólar nas transações intraBRICS e aumentar a resiliência financeira coletiva. Ainda, no contexto da presidência brasileira em 2025, o papel do Brasil é estratégico para construir consensos entre membros, articular agendas técnicas e garantir que a pauta de desdolarização seja acompanhada de medidas de integração financeira e institucional. Assim, a proposta de uma nova arquitetura financeira multipolar liderada pelo BRICS é ambiciosa e politicamente relevante, ainda que enfrente resistências externas significativas e fragilidades internas. Os avanços obtidos pelo NBD e pelas iniciativas de pagamento alternativo representam passos concretos, porém insuficientes, por ora, para alterar, no curto prazo, a centralidade do dólar. A viabilidade dessa transformação dependerá da capacidade do BRICS de equilibrar diversidade interna e coesão estratégica, construir confiança entre parceiros comerciais e consolidar instrumentos financeiros robustos que sustentem a multipolaridade no SMI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presidência brasileira no BRICS ocorre em uma conjuntura internacional marcada por múltiplas incertezas geopolíticas e econômicas, com tensões comerciais que pressionam o crescimento e o comércio global e testam o sistema multilateral vigente. Nesse contexto, o uso instrumental do dólar em estratégias unilaterais amplia vulnerabilidades e assimetrias para economias emergentes.

O percurso histórico que consolidou o dólar como a moeda de reserva internacional evidencia que sua centralidade resultou não apenas de vantagens econômicas, mas de escolhas políticas e geopolíticas desde Bretton Woods. O vínculo dólar-ouro e, depois, o arranjo do petrodólar possibilitaram aos Estados Unidos financiar déficits com relativa facilidade, condicionar a liquidez global e exigir dos demais países uma acumulação contínua de dólares.

À medida que se acumulam desequilíbrios e limitações do sistema, crescem iniciativas para reduzir a dependência do dólar. Os desequilíbrios, a perda de relevância política e o esvaziamento dos instrumentos internacionais, bem como as assimetrias causadas pelo sistema, começam a ser cada vez mais contestados, e alternativas ao uso do dólar ganham espaço. Nessa agenda, o grupo de países emergentes BRICS, que representa parcela expressiva da população, do PIB e do comércio mundiais, afirma-se como articulador de reformas em direção a uma governança mais inclusiva, defendendo o multilateralismo, a inovação institucional e a reforma do sistema vigente.

Entre os avanços, destacam-se o NBD, que, sem impor condicionalidades tradicionais, mobiliza recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países do Sul global; o desenvolvimento de arranjos de pagamento alternativos, como o SPFS russo e o CIPS chinês; o processo cauteloso de internacionalização do RMB; e, no plano multilateral, as iniciativas de uma plataforma de pagamentos digitais BRICS Pay, para a redução da dependência do dólar. Ao ampliar captação e desembolsos em moedas locais e integrar liquidações a arranjos multimoeda, o NBD atua como alavanca prática da agenda de desdolarização, mitigando risco cambial e dependência de contratos indexados ao dólar.

Em síntese, a desdolarização conduzida pelo BRICS não deve ser interpretada como um movimento de substituição hegemônica, mas como parte de um processo mais amplo de diversificação funcional da governança monetária global. O fortalecimento de instrumentos como o BRICS Pay, o BRICS Clear e o CRA representa uma tentativa de criar camadas alternativas de liquidez e estabilidade, sem romper completamente com o sistema vigente. A análise comparativa entre essas iniciativas revela que o avanço da multipolaridade financeira depende da acumulação de experiências práticas que reduzam a vulnerabilidade

das economias emergentes às flutuações do dólar e às assimetrias de poder associadas à sua hegemonia.

Persistem, contudo, desafios estruturais, como a heterogeneidade interna, ampliada pela expansão recente do grupo, que dificulta consensos e ritmos de implementação, além das pressões externas que resistem à multipolaridade monetário-financeira. A viabilidade de uma ordem mais plural requer coordenação política, capacidade técnica e, sobretudo, alinhamento estratégico para consolidar mecanismos de financiamento em moeda local e infraestruturas de pagamento multimoeda que inspirem confiança além do núcleo do BRICS, pois a construção de um sistema baseado em múltiplas moedas, com instituições próprias e mecanismos de financiamento em moeda local, não é apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade diante das limitações do arranjo liderado pelo dólar.

Assim, o principal resultado até o momento é político: o fortalecimento da narrativa do Sul global sobre a necessidade de pluralidade monetária e de infraestruturas financeiras autônomas. Nesse quadro, a diplomacia brasileira tem oportunidade de convergir agendas com os novos membros, priorizando: i) o fortalecimento do NBD como emissor e financiador em moedas locais; ii) a governança e a interoperabilidade do BRICS Pay; e iii) a ação concertada em foros multilaterais por reformas que ampliem a representação do Sul global. Assim, o BRICS pode evoluir de iniciativa predominantemente política para um mecanismo efetivo de transformação econômica e social, traduzindo a busca por soluções coletivas em resultados institucionais duradouros.

REFERÊNCIAS

- BAER, Monica *et al.* Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 79-126, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643209>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BAI, Gao. From de-risking to de-dollarisation: the BRICS currency and the future of the international financial order. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, p. 10-33, 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/05/20240514_WHZH_Vol2No1_EN.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Regulamento de aquisições para mutuários de operações de financiamento de projetos de investimento**. Washington: The World Bank, 2016. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/813421487104372186-0290022017/original/ProcurementRegulationsforIPFBorrowersportuguese.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BANK OF RUSSIA. **Financial Messaging System of the Bank of Russia (SPFS):** description – connection procedure. [S. l.]: National Payment System Department, 2024. Disponível em: https://www.cbr.ru/Content/Document/File/72210/SPFS_25082022_e.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. The BRICS and the challenge of de-dollarisation. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, p. 4-8, 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/05/20240514_WHZH_Vol2No1_EN.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Utopias monetárias e a realidade do dólar. **Folha de S.Paulo**, 19 dez. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1912200406.htm>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.702, de 1º de abril de 2016. Promulga o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, de 15 de julho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8702.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRICS BRASIL. **Sobre o BRICS**. [S. l.]: BRICS Brasil, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRICS BRASIL. **Dados sobre o BRICS**. [S. l.]: BRICS Brasil, 2 jan. 2025a. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-sobre-o-brics>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRICS BRASIL. **New Development Bank**. [S. l.]: BRICS Brasil, 2 jan. 2025b. Disponível em: <https://brics.br/en/about-the-brics/new-development-bank#:~:text=The%20Contingent%20Reserve%20Arrangement%20>. Acesso em: 27 out. 2025.

BRICS BRASIL. **Discurso do ministro Mauro Vieira na 1ª reunião de sherpas do BRICS**. Brasília: BRICS Brasil, 25 fev. 2025c. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-1a-reuniao-de-sherpas-do-brics-brasilia-25-26-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **The fifth annual report 2017-2018**. Johannesburg: BRICS Business Council, 2018. Disponível em: https://bbf2a463-6e2c-4484-b1b1-b55a3678d857.selstorage.ru/BRICS_ar_2018.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **BRICS Business Council annual report**: the BRICS partnership for global stability, universal security and innovative growth. [S. l.]: BRICS Business Council, 2020. Disponível em: https://bbf2a463-6e2c-4484-b1b1-b55a3678d857.selstorage.ru/BRICS_ar_2020.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **BRICS Business Council annual report**: foster high-quality BRICS partnership usher in a new era for global development. Pequim: BRICS Business Council, 2022. Disponível em: https://bbf2a463-6e2c-4484-b1b1-b55a3678d857.selstorage.ru/BRICS_ar_2022.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **Annual report 2023/24**. Moscou: BRICS Business Council, 17 out. 2024. Disponível em: https://bbf2a463-6e2c-4484-b1b1-b55a3678d857.selstorage.ru/BRICS_ar_2024.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **Relatório anual 2025**: cooperação empresarial para um futuro inclusivo e sustentável. Rio de Janeiro: BRICS Business Council, 2025. Disponível em: https://www.bbcbrasil.org/documents/846020/1798940/CEBRICS+Annual+Report_Web+%283%29.pdf/5c2b0645-cced-e2c4-c245-9ff04949b135?version=1.0&t=1751907789252&download=true. Acesso: 14 ago. 2025.

CESAR, Rafael V. Multipolaridade monetária e o New Development Bank: como está o Sul global? **Grupo de Estudos sobre o BRICS**, 4 abr. 2024. (Artigo de Opinião). Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/artigo-de-opinioao-multipolaridade-monetaria-e-o-new-development-bank-como-esta-o-sul-global/>. Acesso em: 26 out. 2025.

CIPS – CROSS-BORDER INTERBANK PAYMENT SYSTEM. CIPS Participants Announcement No. 96. **CIPS**, 2024. Disponível em: https://www.cips.com.cn/en/2024-06/27/article_2024062719510110034.html. Acesso em: 26 out. 2025.

CLARK, W. R. **Petrodollar warfare**: oil, Iraq and the future of the dollar. Ilha Gabriola: New Society Publishers, 2005.

COELHO, Jaime; CAPINZAIKI, Marília. Hierarquia dos Estados no regime econômico-financeiro: os BRICS e a governança econômica global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/8de6ec02-aa78-4671-b390-df5fedac890e/content>. Acesso em: 24 out. 2025.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant privilege**: the rise and fall of the dollar and the future of the international monetary system. Nova York: Oxford University Press, 2011.

FERREIRA, Luiz Claudio. Lula diz que não recuou da ideia de moeda própria do BRICS. **Agência Brasil**, Brasília, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/lula-diz-que-nao-recuou-da-ideia-de-moeda-propria-do-brics>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FURNO, Juliane. Juliane Furno analisa os desafios da economia mundial. [Entrevista cedida ao programa] **Dando a Real com Demori**, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/dando-real-com-demori/2025/03/juliane-furno-analisa-os-desafios-da-economia-mundial>. Acesso: 15 jul. 2025.

GALVÃO, Livia. Moeda de negociação do BRICS gera novos debates após ameaça de Trump. **UFF**, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.uff.br/10-02-2025/moeda-de-negociacao-do-brics-gera-novos-debates-apos-ameaca-de-trump/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GEORGIEVA, K. **Enfrentar a fragmentação**: como modernizar o sistema internacional de pagamentos. [S. l.]: FMI, 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2022/05/10/sp051022-md-concluding-remarks-at-the-snb-high-level-conference>. Acesso em: 25 out. 2025.

HELMY, Nadia. BRICS' game-changing blockchain payment system: the future of global transactions. **Modern Diplomacy**, 27 mar. 2025. Disponível em: <https://moderndiplomacy.eu/2025/03/27/brics-game-changing-blockchain-payment-system-the-future-of-global-transactions/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

IBRD – INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. **Management's discussion & analysis and financial statements**. [S. l.]: IBRD, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/58bd55040cd2ae909ce2173c1ab1a495-0040012025/original/IBRD-Financial-Statements-June-2025.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF conditionality**. [S. l.]: IMF, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/IMF-Conditionality>. Acesso em: 10 ago. 2025.

JIEJIN, Zhu. Sistema de pagamentos transfronteiriços do BRICS desafia a hegemonia do dólar. **CEBRACH**, 13 out. 2025. Disponível em: <https://cebrach.org/2025/10/13/sistema-de-pagamentos-transfronteiricos-do-brics-desafia-a-hegemonia-do-dolar/>. Acesso em: 25 out. 2025.

KROEBER, Arthur. **China's global currency**: lever for financial reform. Pequim: Brookings-Tsinghua Center for Public Policy, 2013. (Monograph Series, n. 3). Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/china-global-currency-financial-reform-kroeber.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LEÓN, Lucas Pordeus. Brasil assume presidência do BRICS em meio à expansão do bloco. **Agência Brasil**, Brasília, 1º jan. 2025a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-12/brasil-assume-presidencia-do-brics-em-meio-expansao-do-bloco#:~:text=Ser%C3%A1%20preciso%20ver%20como%20o,participado%20de%20todos%20os%20encontros>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LEÓN, Lucas Pordeus. Sanção de Trump contra Brasil é chantagem política e mira o BRICS. **Agência Brasil**, Brasília, 10 jul. 2025b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/sancao-de-trump-contra-brasil-e-chantagem-politica-e-mira-o-brics>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LI, Yuefen. **Trends, reasons and prospects of de-dollarization**. Genebra: South Centre, 14 ago. 2023. (Research Paper, n. 181). Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/278680>. Acesso em: 7 maio 2025.

MARTINS, Thayara. **“BRICS é uma força transformadora para cooperação econômica entre os países”, defende embaixadora brasileira**. [S. l.]: BRICS Brasil, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/brics-e-uma-forca-transformadora-para-cooperacao-economica-entre-os-paises-defende-embaixadora-brasileira>. Acesso em: 5 maio 2025.

METRI, Mauricio. A diplomacia monetária dos Estados Unidos nos anos 70. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3. n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/34/28>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MOLINA, Leandro. **Banco do BRICS**: saiba como funciona o braço financeiro que impulsiona economias em desenvolvimento. [S. l.]: BRICS Brasil, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/banco-do-brics-saiba-como-funciona-o-braco-financeiro-que-impulsiona-economias-em-desenvolvimento>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Giuliano; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2(34), p. 195-219, 2008.

PEREZ-SAIZ, Hector; ZHANG, Longmei; IYER, Roshan. **Currency usage for cross border payments**. [S. l.]: IMF, 2023. (Working Papers, n. 72). Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/03/24/Currency-Usage-for-Cross-Border-Payments-531324>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RANGEL, Amanda. **Internacionalização da moeda chinesa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1426/1/AFRangel.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. A internacionalização do *renminbi* como um meio de contestação. **Desafios**, v. 32, n 1, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://revistas.uosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/7688>. Acesso em: 10 abr. 2025.

VIEIRA, Mauro. BRICS, diplomacia criativa para um mundo em crise. **Cebri Revista**, ano 4, n. 13, jan.-mar. 2025. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/206/brics-diplomacia-criativa-para-um-mundo-em-crise>. Acesso em: 8 ago. 2025.